

A COMUNIDADE DE APINAGÉS EM SÃO JOÃO DO ARAGUAIA, PARÁ: ATINGIDOS PELA PERSPECTIVA DA CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE MARABÁ

*The Apinagés community in São João do Araguaia, Pará: affected by the
construction of the Marabá Hydroelectric Power Plant*

Amarildo Silva Araujo*
Airton Sieben**

***Secretaria de Estado de Educação - SEDUC / São João do Araguaia, Pará**
geonalta@hotmail.com

****Universidade Federal do Tocantins - UFT / Campus Araguaína, Tocantins**
asieben@uft.edu.br

RESUMO

O artigo aborda a comunidade de Apinagés localizada no município de São João do Araguaia (PA), ante a futura desterritorialização pela comunicação da Usina Hidroelétrica (UHE) Marabá no período de 2010 a 2017. O objetivo principal foi à compreensão de sua percepção por causa das incertezas que se desenharam no imaginário no contexto da futura desterritorialização e (des) construção da identidade pela notícia da construção da UHE, o posicionamento do Estado, Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A (ELETRONORTE) e construtora Camargo & Corrêa. A pesquisa é quali-quantitativa e optou pelas orientações filosóficas da dialética e fenomenologia. Os conceitos de território, territorialidade e identidade contribuíram para uma visão interdisciplinar das características tradicionais no modo de vida dos apinagesenses e revela uma cultura baseada na relação com rio Tocantins e ameaçada pela hidrelétrica em contexto social, econômico e cultural. Em síntese almeja-se evidenciar a relação conflituosa estabelecida entre os atingidos por barragens, o Estado e Consórcio construtor, responsável pela materialização no território de empreendimentos que altera os ciclos naturais e o modo de vida tradicional.

Palavras-chave: Território. Amazônia. Atingidos por barragens. Modo de vida. Rio Tocantins.

ABSTRACT

The article discusses the Apinagés community located in the city of São João do Araguaia (PA), before the future deterritorialization by the communication of the Marabá Hydroelectric Power Plant (UHE) in the period from 2010 to 2017. The main objective was to understand their perception because of the uncertainties that have been drawn in the imaginary in the context of the future deterritorialization and (dis) construction of identity by the news of the construction in the HPP, the positioning of the State, Centrais Elétricas do Norte do Brasil S / A (ELETRONORTE) and construction company Camargo & Corrêa. The research is qualitative and quantitative and opted for the philosophical orientations of dialectics and phenomenology. The concepts of territory, territoriality and identity contributed to an interdisciplinary view of traditional characteristics in the way of life of the Apinagesenses and reveals a culture based on the relationship with the Tocantins River and threatened by the hydroelectric plant in a social, economic and cultural context. In summary, it is hoped to highlight the conflictual relationship established between those affected by dams, the State and the Consortium, responsible for the materialization in the territory of enterprises that changes the natural cycles and the traditional way of life.

Keywords: Territory. Amazon. Affected by dams. Lifestyle. River Tocantins.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo¹ expõe a ideia de que comunidades tradicionais, vilas e cidades na área de influência de futuros reservatórios de hidrelétricas já se constituem atingidas por barragens no período de comunicação. Assim, propôs o estudo da percepção da Comunidade de Apinagés² em São João do Araguaia, mediante a notícia de construção da Usina Hidrelétrica de Marabá (UHEM).

Fez-se um recorte geográfico e temporal para a compreensão da percepção dos apinagesenses, ante a futura saída do território e a fragilização da identidade pela comunicação e posteriormente construção da UHEM. Propôs-se a responder o problema: Qual a percepção dos apinagesenses, no contexto da desterritorialização e desconstrução da identidade pela notícia da UHEM e o posicionamento do Estado e a Camargo & Corrêa, responsáveis pelo estado de “atingidos”?

A pesquisa é quali-quantitativa e determinou a amostra de 30 sujeitos (chefes de família) que correspondem 13% de 231 domicílios de Apinagés de uma população de 856 habitantes (SJA, 2016). O projeto de pesquisa foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Faculdade de Ciências Humanas, Econômicas e da Saúde de Araguaia (FAHESA). A pesquisa de campo foi realizada *in loco* por meio de observação e entrevista efetuada em dias agendados mediante a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). As técnicas adotadas, pesquisa bibliográfica, documental, observação e o roteiro de entrevista com perguntas abertas e fechadas, aplicado no mês de abril de 2017, com objetivo de conhecer a percepção em relação à construção da Hidrelétrica de Marabá.

A fundamentação teórica ancora-se nos conceitos de território de Raffestin (1993) e Haesbaert (2004; 2007); identidade de Hall (2009) e Woodward (2000); comunidade tradicional de Diegues (1994) e o conceito de atingido por barragens de Vainer (2003). As discussões teóricas primaram na apresentação de algumas conceituações acerca destas categorias essenciais para compreensão da dinâmica da comunidade de Apinagés no território intermediado pela a cultura e a identidade “apinagesense”.

O presente artigo objetivou a investigação da relação conflituosa entre o consórcio construtor da UHEM e os atingidos da comunidade de Apinagés. Propôs-se a discussão teórico-metodológica a respeito do projeto da UHE Marabá e a percepção dos apinagesenses, mediante os conceitos de território, territorialidade e identidade, alicerçados nas orientações filosóficas: fenomenologia e a dialética.

Em síntese, o artigo almeja tornar evidente a relação conflituosa entre os atingidos da comunidade de Apinagés e o Consórcio, a materialização nos territórios de grandes Hidrelétricas que alteram os ciclos naturais e o modo de vida de populações locais. Os apinagesenses se sentem impotentes ante as transformações no seu espaço vivido, pelas decisões tomadas pelo governo em função do crescimento econômico nacional.

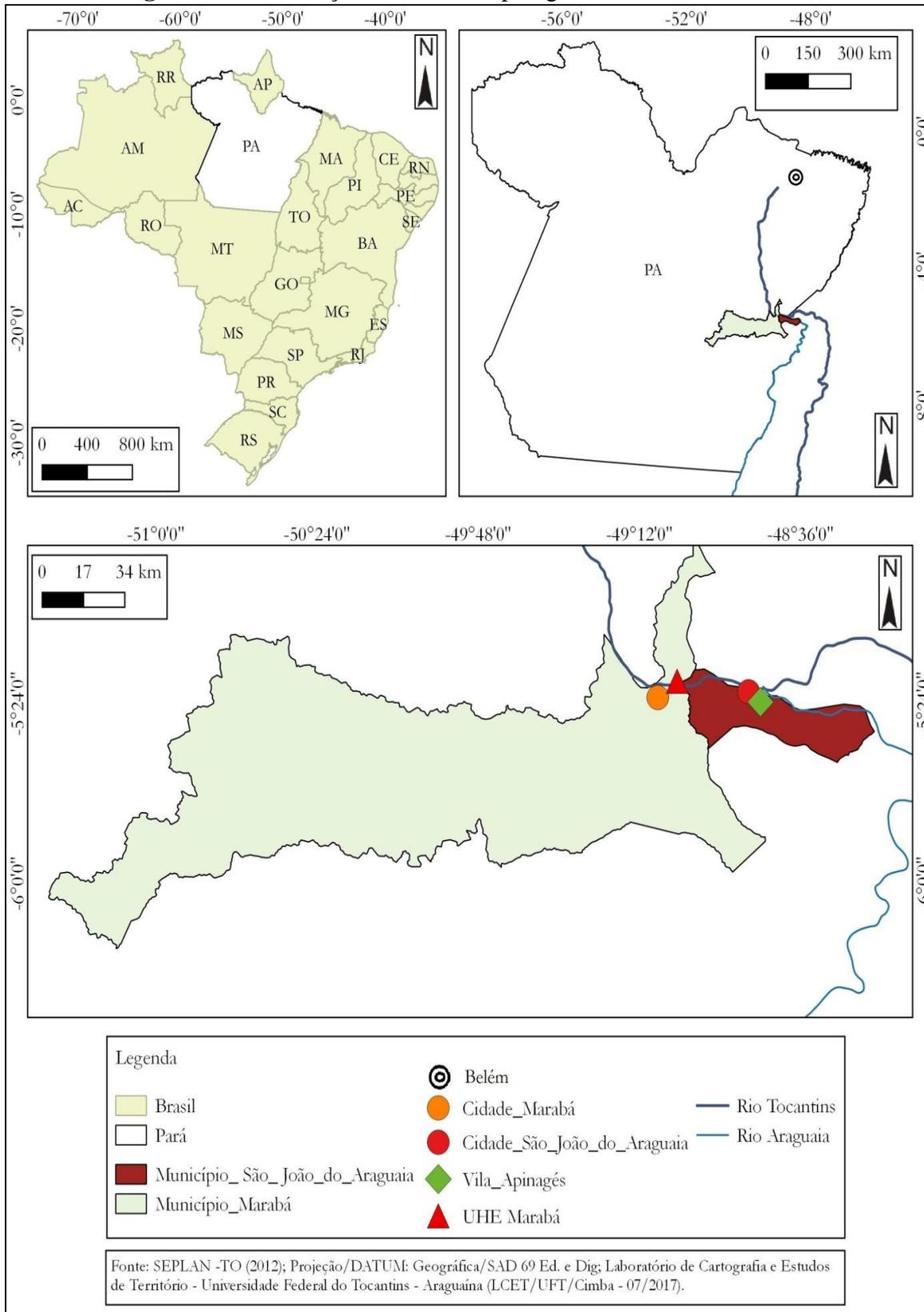
2. A COMUNIDADE DE APINAGÉS E SUA RELAÇÃO COM O RIO TOCANTINS

A área em estudo, a vila de Apinagés localizada no município de São João do Araguaia, situa-se na microrregião de Marabá, sudeste paraense e pertence à região Norte (Figura 1). A Comunidade de Apinagés localiza-se 5 km a leste da cidade de São João do Araguaia e a margem do Rio Tocantins após a confluência com Rio Araguaia. Na direção leste limita-se ao Rio dos Veados que deságua no rio Tocantins e possui as seguintes coordenadas geográficas de latitudes 05° 23' 37'' sul e longitude de 48° 44' 58'' oeste (PARÁ, 2010).

A comunidade de Apinagés possui a pesca como uma das principais atividades de subsistência e a relação com o rio possui uma dimensão cultural. A economia apinagesense é complementada com a agricultura em terra firme/vazante e prestação de serviços. As atividades econômicas revelam características urbanas, rurais e tradicionais. As características culturais

definem-na como tradicional, em razão da pesca (dependência do rio), mesmo que possua aspectos urbanos e rurais. Apinagés é interpretada como comunidade tradicional devido à sua cultura ser resultante da relação de dependência aos ciclos naturais (DIEGUES, 1994).

Figura 1 – Localização da Vila de Apinagés no contexto brasileiro



Fonte: SEPLAN-TO. Elaboração cartográfica: Lab. Cart. Est. Território (LCET) (2017).

A literatura justifica a fala dos apinagesenses em pensar que área de Apinagés foi ocupada pelo povo Apinajés no século XVIII (ALMEIDA *et al.*, 2010). Mas o argumento não sustenta a presença dos nativos na localidade no início do século XX, pois a história atesta, os Apinajés retornaram para o Tocantins no início século XIX (ISA, 2015). A história narrada pelos são-joanenses que a área da vila de Apinagés foi uma fazenda da família Seixas na primeira metade do século XX (1908), e foi apropriada através da força, expulsando os povos nativos (PEREIRA, 2004). O crescimento populacional foi instigado com a descoberta de quartzo na década de 1950 (*Feldspatos formado de dióxido de silício-SiO₂*).

Em abril de 1951 chegaram primeiros garimpeiros, compradores e exportadores de cristal. A mineração ocasionou o surgimento de um povoamento à margem do Igarapé Cabeça Dantas e próximo do rio Tocantins (1950). A extração durou até as minas exaurirem em 1952, quando os mineradores migraram para a mina do “chiquerão” em Xambioá no estado do Tocantins (PEREIRA, 2004). Este fato condicionou a diminuição da população residente no local em função da mineração, mas algumas famílias permaneceram, dedicando-se a outras atividades: a pesca, a agricultura, pecuária e extrativismo vegetal. Posteriormente em 1961 passou a categoria de vila e distrito com a criação do município de São João do Araguaia.

Apinagés recebeu esse nome pela presença de uma família de descendentes dos índios Apinajés emigrantes de Araguatins (TO) para vila na década de 1950. Segundo o entrevistado 06: “onde era a vila era um sítio do Exúpero Seixas. Aqui em Apinagés não teve aldeia de índio. Aqui existia os índios Suruí nessa região, essa área não era grande para eles percorrer, eles migravam para acampamento de pesca” (J. B. S.; 06/04/2017, 61 anos). O relato é legitimado por Velho (2009) afirma que no século XX a história registra o povo Gavião na área distrital de São João do Araguaia e o povo Suruí Sororó na área distrital de Apinagés.

A tradicionalidade de Apinagés não é a cultura do povo Apinajés, e sim sua relação com Rio Tocantins de forma perene. É evidente, a identidade apinagesense e as demais populações tradicionais do sudeste paraense estão com o modo de vida afetado pela comunicação da Hidrelétrica de Marabá. A desreterritorialização é inevitável em virtude dos interesses do capital nacional e internacional que almeja energia para ampliação dos lucros explorando os recursos naturais e minerais de países em desenvolvimento localizados, principalmente na América Latina.

3. OS ATINGIDOS PELA COMUNICAÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE MARABÁ

Segundo Marin e Trindade (2009) e Almeida *et al.* (2010), a Hidrelétrica de Marabá foi pensada para fornecer energia ao Programa Grande Carajás (PGC). “Em 1981, no Relatório Geral, contendo os Estudos Finais do Inventário Hidrelétrico, listavam-se os territórios municipais a serem atingidos pela Hidrelétrica de Marabá” (MARIN; TRINDADE, 2009, p. 285). O desejo do Estado com a construção da UHE Marabá remonta os anos de 1980, com objetivo de gerar energia para a siderurgia no sudeste paraense, mas não expõe interesse nos impactados socioambientais nas comunidades tradicionais, rurais e urbanas. Segundo Marin e Trindade (2009) e Almeida *et al.* (2010), ano de 2001 foi retomado o interesse na construção da UHE Marabá.

Em 2001, iniciaram-se Estudos do Empreendimento, a partir de ofício da Agência Nacional de Energia – SPH [*sic*]. Os estudos de viabilidade e impactos ambientais e sociais ficaram a cargo da CNEC Engenharia S/A, empresa paulista. Em 2005, a mudança de titularidade do registro ativo da CNEC passou para o Consórcio Camargo Correa- Eletronorte e a entrega do estudo foi postergada para dezembro de 2007. Anota-se, neste registro, que, em 2006, havia sido feito o denominado. “Reconhecimento Multidisciplinar da Região do Empreendimento”, circunscrito a sete dias, entre 16 a 22 de outubro. A partir do lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, em janeiro de 2007, a obra da hidrelétrica seria nele inserida. O documento oficial “Aproveitamento Hidrelétrico Marabá” inicia

com a quantidade de “demanda crescente por energia” no Brasil, de 2.500 MW e ante essa “necessidade” sinaliza o documento que: “Marabá representa um empreendimento interessante para suprir esta demanda”. Notadamente, os termos imprecisos deixam de informar o sujeito (quem realiza a demanda, para quem este representa “empreendimento interessante”). Esta peça antecipou os denominados “Estudos de Viabilidade da AHE Marabá”, previstos no PAC e com data de finalização em dezembro de 2008 (MARIN; TRINDADE, 2009, p. 285-286).

O projeto de Aproveitamento Hidrelétrico de Marabá (AHEM) atende o anseio do Estado e do capital. Uma das justificativas da construção da UHEM é a localização a 20 km de distância de interliga-se ao Sistema Integrado Nacional (SIN). Mas o fato de a hidrelétrica proporcionar um crescimento econômico ao país e a economia de gastos para sua interligação ao SIN, não justificaria a desterritorialização e fragilização da identidade das populações rurais, tradicionais e urbanas. A UHE será construída nas coordenadas geográficas de latitude 05° 19’ sul e longitude de 49° 04’ oeste, entre as comunidades Vila Espírito Santo (Marabá) e Landy (São João do Araguaia) a 4 km da ponte rodoferroviária no Rio Tocantins que liga a área urbana de São Felix à Cidade Nova da cidade de Marabá (BRASIL, 2007) e (ALMEIDA *et al.*, 2010).

Segundo Almeida *et al.* (2010) o projeto de AHEM terá o custo de US\$ 12 bilhões com prazo de oito anos. A capacidade de produção será 2.160 MW voltadas para fornecer energia a empreendimentos siderúrgicos, e ampliação das minas de ferro, cobre e projeto do Parque de Ciência e Tecnologia de Marabá; e parte da energia será inserida no SIN. A UHEM formará um reservatório de 3.055 km², com nível de água de 96 metros, e volume de 5.575.000,000 m³ e inundará 1.115 km² de terras, incluindo mais de 110 mil hectares de terras férteis (ALMEIDA *et al.*, 2010) e (BRASIL, 2007). A Hidrelétrica atingirá dois estados da região Norte e um da região Nordeste; no Pará: os municípios de Marabá, São João do Araguaia, Bom Jesus do Tocantins, Brejo Grande do Araguaia, Nova Ipixuna e Palestina do Pará; no Tocantins: Ananás, Esperantina e Araguatins; e no Maranhão: São Pedro da Água Branca e Santa Helena.

O AHEM é empreendimento pensado pelo Estado e possui um consórcio responsável pela construção, operação e comercialização de energia. O Estado e o capital no setor de energia andam de mãos dadas, com o objetivo de produzir energia elétrica para produção, transmissão e comercialização. O Estado é responsável pela gestão do território.

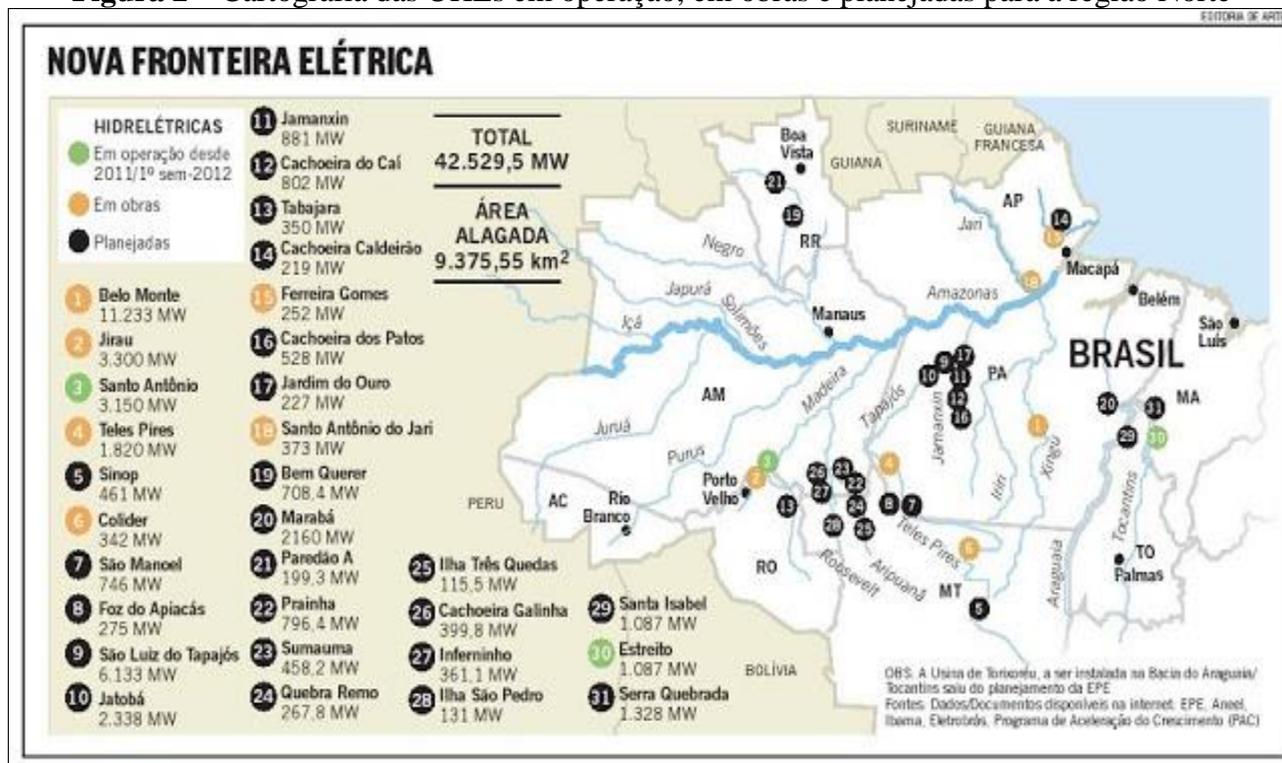
A região amazônica é o “Eldorado energético”. A Amazônia possui cinco UHEs em construção, três em operação e 21 previstas a serem construída. A figura 2 mostra, futuramente, a amazônica brasileira será um território ocupado por usinas hidrelétricas nas principais bacias e sub-bacias. Mas como ficam as comunidades tradicionais e rurais que dependem da floresta e dos rios para continuarem seus modos de vida? Provavelmente acontecerá às comunidades tradicionais amazônicas, o que ocorreu com outros povos autóctones que foram deslocados compulsoriamente dos seus territórios.

Conforme Haesbaert (2004) a desterritorialização levará a reterritorialização de um novo espaço sem referencial funcional e afetivo e Tuan (1983) acrescenta esse fenômeno no emocional dos sujeitos constrói a noção de “não-lugares” sem pertencimento ao espaço vivido. Essa realidade se materializou na região sudeste e sul do país pela construção de usinas hidrelétricas para atender à necessidade das indústrias em ascensão.

A figura 2 ilustra a quantidade de projetos hidrelétricos: em operação, em obras e planejados para os rios amazônicos e induz a conjecturar, sobre as consequências desses empreendimentos que modificará o modo de vida das comunidades tradicionais. As políticas energéticas do Estado não se preocupam com os povos atingidos pelas barragens³, se fossem diferentes, os atingidos por esses empreendimentos estariam em situação oposta após reterritorialização. A construção de hidrelétricas na região pressupõe interesse capitalista. Na bacia hidrográfica Tocantins-Araguaia não é diferente, pois tem um grande potencial a ser explorado e torna-se responsável em produzir energia para Amazônia e para o país ao interligar-se ao SIN. Em virtude do potencial hidrelétrico, o Ministério de

Minas e Energia (MME), a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás) e o capital privado voltam-se para o rio Tocantins, Araguaia e seus afluentes.

Figura 2 – Cartografia das UHEs em operação, em obras e planejadas para a região Norte

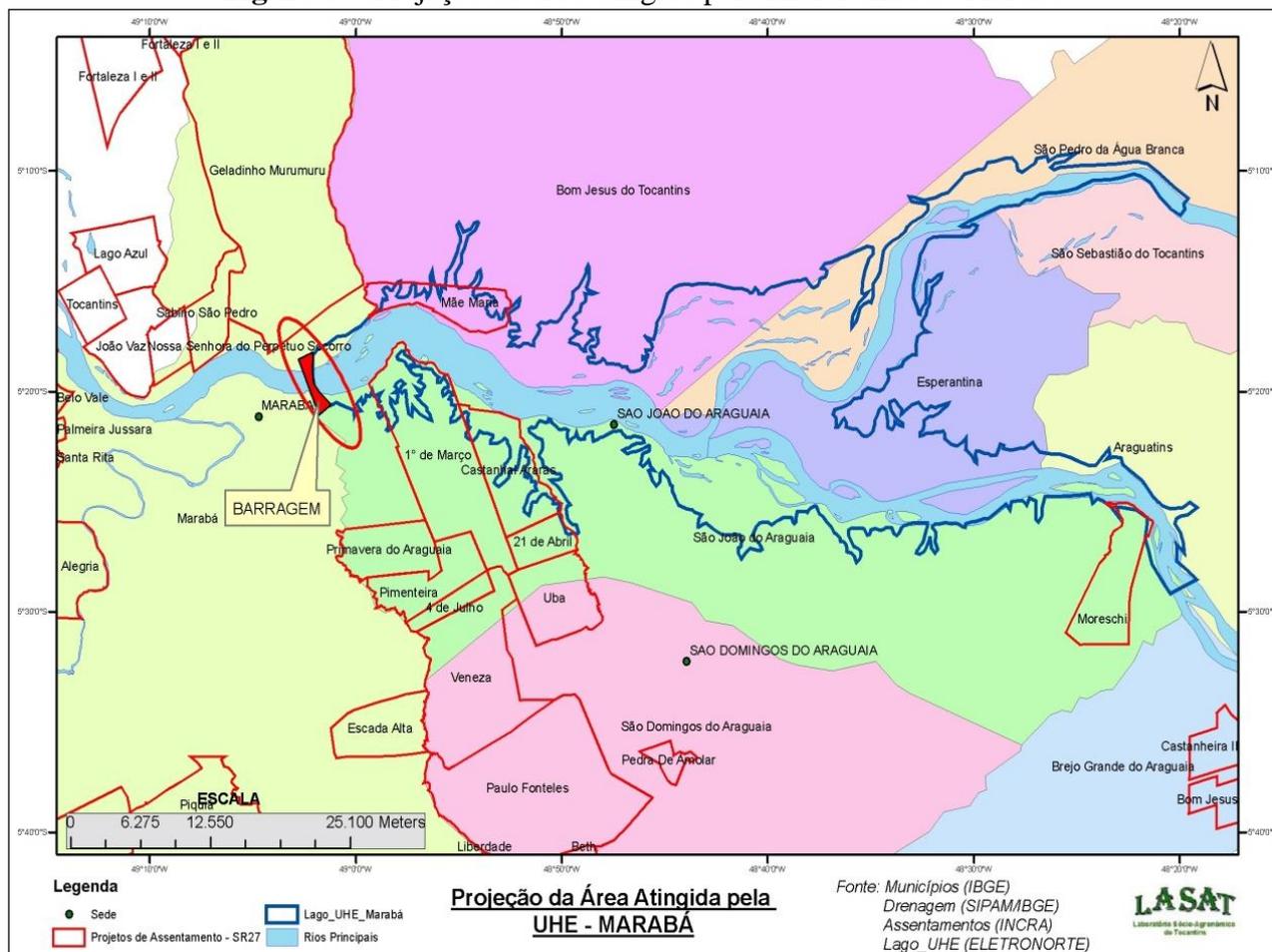


Fonte: BRASIL (2007).

A bacia hidrográfica Tocantins-Araguaia tornou-se uma fonte de energia para o país e região, pois o potencial hidrelétrico instalado na bacia hidrográfica totaliza 6.981 MW, distribuídos em 28 centrais hidrelétricas, mas o potencial estimado da bacia é de 26.285 MW, assim conclui-se que há um potencial energético a explorar (BRASIL, 2005). A UHE Tucuruí (UHET) é responsável pelo fornecimento de energia elétrica de 96% do estado do Pará e 99% do Maranhão (BRASIL, 2005). É possível compreender ambição do Estado na construção de novas hidroelétricas, mediante análise do potencial da bacia do Rio Tocantins-Araguaia, a energia gerada pela UHET e a demanda da indústria. Neste contexto, nasce o desejo pela hidrelétrica de Marabá.

A figura 3 mostra a dimensão do impacto socioambiental que a UHEM provocará nas comunidades tradicionais, rurais e urbanas no Pará, Maranhão e Tocantins. As populações tradicionais do rio e da floresta, os assentados e os cidadãos terão seu modo de vida alterado, em virtude da necessidade energética do Estado, do capital de explorar as riquezas da Amazônia. A projeção da área atingida pela Usina Hidrelétrica de Marabá revela a dimensão das áreas a serem inundadas. O Consórcio e o Estado, não estimam os prejuízos provocados indiretamente às populações residentes nas proximidades do Rio Tocantins.

A Hidrelétrica de Marabá deslocará um número expressivo de pessoas nos três estados; os atingidos serão privados de seus territórios, dos seus lares, e de sua história. E para as comunidades de pescadores e agricultores de vazante, o reservatório diminuirá a diversidade de peixes e terra férteis. Segundo Brasil (2007) na versão preliminar do Estudo de Impactos Ambientais (EIA) e Relatório de Impactos Ambientais (RIMA) calculam que, nesses três estados sejam atingidos 112 assentamentos rurais e aproximadamente 10 mil pessoas serão expulsas com a construção. Conforme o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB, 2009) e Almeida *et al* (2010) o número de pessoas impactadas é superior ao divulgado pela Eletronorte e a Camargo & Corrêa.

Figura 3 – Projeção da área atingida pela Hidrelétrica de Marabá

Fonte: Lasat (2009).

As informações acerca da dimensão real dos impactos são maquiadas e ofuscadas pelos investimentos financeiros a serem aplicados na região de Marabá e a geração de empregos durante a construção da obra, de 14.000 empregos diretos, 7.700 empregos indiretos e 27.400 empregos efetivos, chegando o total 49.100 empregos (BRASIL, 2007). As informações tornam a UHEM um empreendimento desenvolvimentista e oculta a desterritorialização e fragilização da identidade das populações residentes nas proximidades do rio (ALMEIDA *et al.*, 2010).

A tabela 1 demonstra os assentamentos localizados nos três estados a serem impactados pela UHE Marabá e essa situação releva o descaso do Estado em relação aos trabalhadores rurais que lutaram pela Reforma Agrária e a continuidade no campo. A ação do Estado visa favorecer o capital, e possibilita a intensificação da exploração mineral na região sudeste do Pará, ao gerar energia elétrica a custo da desterritorialização de assentados rurais e populações tradicionais.

Tabela 1 – Assentamentos a serem atingidos pela UHE Marabá

Nome do PA	Ano de criação	Nº de famílias	Localização	Área (ha)
Castanhal Araras	4-08-1987	92	São João do Araguaia (PA)	5.084,84
21 de Abril	9-11-2000	48	São João do Araguaia	1.699,9892
1º de Março	15-06-1998	350	São João do Araguaia	1.0960,292
Mãe Maria	09-12-1999	92	Bom Jesus do Tocantins (PA)	3.876,7200
Prata	22-12-2009	79	São João do Araguaia	3.064,258
Bom Jesus	22-12-2003	48	Brejo Grande (PA)	1.506,5284
Angical	27-05-1998	97	Palestina do Pará (PA)	4.822,7145
Açaizal	27-05-1998	85	Palestina do Pará (PA)	3.216,9550

Rio Mar	09-12-1998	90	Palestina do Pará (PA)	3.636,1100
Lago Azul	30-12-1999	96	Nova Ipixuna (PA)	3596,5006
Castanheira II	14-01-1999	156	Brejo Grande (PA)	3894,8209
Moreschi	27-05-1998	122	São João do Araguaia	3.820,3000
Bacabal Grande	22-12-2009	43	Bom Jesus do Tocantins (PA)	2.850,7500
Sabino São Pedro	22-09-1999	75	Marabá (PA)	2.3148861
N. S. Perpetuo Socorro	24-12-1999	60	Marabá (PA)	1593,6640
Primavera do Araguaia	16-09-1998	174	São João do Araguaia	3.600.0000
Pimenteira	16-09-1998	137	São João do Araguaia	3468,2471
4 de julho	2-09-2002	62	São João do Araguaia	1350,0000
Ubá	17-06-1997	62	São Domingos do Araguaia (PA)	4289,5955
Água Branca	12/01/2007	42	S. P. da Água Branca (MA)	3.576,9730
Novo Horizonte I	20/02/2006	65	Santa Helena (MA)	1.841,0800
Campo Novo	25/09/2001	34	Santa Helena (MA)	96,0000
Tambor Centro Velho	20/02/2006	206	Santa Helena (MA)	5.773,0910
Deus Proteja	09/05/2005	138	Vila Nova dos Martírios (MA)	3.326,7090

Fonte: ALMEIDA *et al.* (2010). Org.: Autor (2016).

Observando a tabela 1, muitos assentamentos têm mais de 20 anos e já constituíram raízes e possuem uma ligação com a terra, sendo complexo o deslocamento, por causa do apego ao lugar. O lugar, construído na territorialidade funcional e afetiva pelo modo de vida baseado no extrativismo e a agricultura familiar.

A construção da hidrelétrica de Marabá impactará povos indígenas, os Apinajés no Tocantins, Suruí e Gaviões da Montanha no Pará; todavia, serão expulsos de seus territórios, e não terão acesso ao rio, o pescado, à floresta a base afetiva do lugar. Os povos nativos precisam de seus territórios tradicionais e ancestrais, e sua territorialidade, pois essa relação é responsável pelo viver a sua cultura que promove uma afetividade ao lugar e constrói sua identidade. No caso do povo indígena, Gaviões da Montanha, a construção da UHEM, traz recordação, porque foram realocados compulsoriamente na década de 1980 em função da UHET e agora se veem ameaçados por esse novo aproveitamento hidroelétrico.

A retomada do projeto da Hidrelétrica de Marabá, em 2001, coloca os Gavião em estado de alerta. Payaré é enfático em dizer que “essa hidrelétrica não pode acontecer”. A fala foi acompanhada de um gesto: ele cerrou o punho, fechou os olhos e começou a cantar uma música, que disse sobre seu sonho de ver os filhos e netos crescerem numa terra em que possam reviver suas tradições (MARIN; TRINDADE, 2009, p. 273).

O povo indígena Gavião sente-se ameaçado por esse novo empreendimento, fato justificado na citação acima e nas palavras de uma das lideranças indígenas Akrãtikatejê, Hõpnyre Ronore Jõpikti Payaré: “[...] Wakymãhã mektokõnhito- nxàkaka significa, na língua Gavião, nós não aceitamos a construção de barragem, de jeito nenhum” (MARIN; TRINDADE, 2009, p. 272). As palavras externam sentimentos de tristeza na possibilidade de serem deslocados novamente. As palavras do líder do povo Gavião externa a indignação com o descaso do Estado, a cultura e o meio ambiente, ao revelar que não respeitam os indígenas, e sim, o capital que ambiciona explorar os rios da região. O projeto de AHEM interfere com a vida dos povos indígenas, os assentados, pescadores, ribeirinhos e populações urbanas.

O projeto de construção da hidrelétrica de Marabá invade, interfere a vida dos assentados, dos indígenas, dos pescadores, dos ribeirinhos, dos moradores de bairros das cidades, produzindo um espaço de relações específicas com cada uma destas categoriais; onde se evidenciam as resistências e estão menos observadas às

negociações com a Eletronorte, as empresas de consultoria e construtoras. A Eletronorte continua na prática de ordenar e decidir seus projetos, desconsiderando os sujeitos sociais atingidos. As chamadas “reuniões públicas” se realizam sob um esquema do convencimento, por parte dos técnicos, a partir do discurso que enuncia benefícios; com isto, desviando a atenção sobre as territorialidades específicas ameaçadas, os conflitos socioambientais, a lucratividade do empreendimento para o setor energético e mineral, que são os principais interessados [...] (MARIN; TRINDADE, 2009, p. 277).

É inevitável a alteração do modo de vida das populações tradicionais, rurais e urbanas, pois alguns serão obrigados a saírem de seus territórios. Os remanescentes serão forçados a mudar suas territorialidades de acordo com novas configurações do meio ambiente “desfigurado” pela barragem. O município de São João do Araguaia possui o primeiro assentamento da região sudeste, surgiu em função da invasão das terras do povo Gavião, próxima a Marabá, na década de 1980 por posseiros que foram remanejados para Projeto de Assentamento (PA) Araras 1987 (CRUZ; MARTINS, 2010). O PA Araras terá parte de sua área coberta pela barragem de Marabá (MARIN; TRINDADE, 2009). A comunidade vem sofrendo os impactos no seu emocional pela comunicação da UHE, e devido à frequência de técnicos ao local.

Antes de ter o conhecimento sobre o projeto e consentir ou não sobre as etapas, o assentamento Araras foi intrusado pela Eletronorte e as empresas contratadas para fazer estudos, que começaram a fazer medições, sentar marcos e atuam “contratando” pessoas para prestar serviços [...]. A mobilização da empresa, inicialmente menos ostensiva acorda, então, os assentados para a etapa que se avizinha: a construção do AHE, os deslocamentos, as promessas de medidas compensatórias, de indenizações, o cadastramento dos assentados. As informações cobram uma dimensão de perdas iminentes e de certa impotência de evitar o deslocamento [...] (MARIN; TRINDADE, 2009, p. 276-277).

Os técnicos deslocam-se a comunidade e aproximam-se dos assentados de forma abusiva, e se apresentam como funcionários de empresas terceirizadas contratadas pela Eletronorte e usam de grosseria, invadindo as propriedades, sem receio, aproveitando-se da ingenuidade. Os Gaviões, de igual modo, foram vítimas desse crime e procuraram ajuda da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e MAB e solicitaram informações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

As estratégias de resistência definem-se no campo das relações institucionais e políticas dos agentes sociais, das mediações constituídas. A Comissão Pastoral da Terra e o Movimento dos Atingidos por Barragens, em 4 dezembro de 2008, endereçaram um ofício (Of. CPT/MAB 01/2008) à Superintendência Regional do INCRA, em Marabá e, nele, comunicavam que os assentados no Projeto de Assentamento Mãe Maria (município de Bom Jesus do Tocantins) tiveram seus lotes sucessivamente intrusados por funcionários de empresas terceirizadas pela Eletronorte, que procederam a abrir ‘picadas’, inclusive com derrubadas de madeira das reservas existentes” e, em vários pontos, afixaram marcos demarcatórios. “Tudo sem a devida outorga dos trabalhadores”. Neste ofício, a CPT e MAB citaram o ofício encaminhado ao IBAMA no qual solicitaram informações sobre a autorização ou liberação feita pelo órgão para derrubada de madeira no PA Mãe Maria. [...] Tais ações estão sendo realizadas por pessoas não identificadas, muito menos autorizadas, que apenas mencionaram aos assentados trabalhar para a GEOTEC e MARATOP, com vistas à construção da represa e hidrelétrica no rio Tocantins. Trata-se de “ações ilegais.” em desrespeito aos proprietários de lotes que geram neles um clima de insegurança e de ameaças (MARIN; TRINDADE, 2009, p. 277).

Os técnicos de empresas terceirizadas iniciaram as pesquisas dos impactos da UHE Marabá, as comunidades indígenas não foram notificadas oficialmente. Os técnicos, não respeitam a floresta, derrubam as árvores nativas no meio da reserva indígena. A atitude evidencia o desrespeito à cultura indígena, pois no período de comunicação da UHEM agem dessa forma, assim não há garantia que as informações da dimensão dos impactos são verdadeiras e que não serão desreterritorializados novamente. O desrespeito é recorrente no PA Araras e na Vila Espírito Santo, local no qual será construído o muro de contenção da barragem.

A vila de Espírito Santo, localizada na margem esquerda do rio Tocantins, receberá o canteiro de obras e está em posição estratégica, pois nela será construído um muro de contenção. No verão de 2008, houve inúmeras “visitas” de funcionários das empresas terceirizadas. O senhor Jorge comentou: “as pessoas das empresas entram e o primeiro que fazem é destruir. E quando se pergunta o que fazem, dizem que cumprem ordens”. O diálogo com os funcionários das empresas é também ríspido, marcando a autoridade e a irreversibilidade da decisão: ‘você não podem embargar (MARIN; TRINDADE, 2009, p. 280).

Na vila Espírito Santo, e no Assentamento Castanhal Araras e Terra Indígena (TI) Mãe Maria (povo Gaviões), essas comunidades são aliciadas pelos técnicos terceirizados, que iniciaram estudos na área onde será construída a casa de máquinas e a represa. Os técnicos são das empresas: Marabá Topografia (MARATOP) e Engenharia, Fundações e Sondagens (GEOTEC) invadem as propriedades rurais e indígenas, desrespeitando as propriedades, territorialidades, cultura e identidade construída historicamente em harmonia com recursos naturais.

Os pescadores e Marisqueiros residentes às margens do rio Tocantins entre os municípios de Tucuruí, Marabá e São João do Araguaia sofrem os impactos ambientais com a redução da população de peixes, em recorrência do lago da UHET. Imagine com a construção da UHE Marabá, como ficará a disponibilidade de peixes?

Pescadores, marisqueiros, como ouvimos falar em Espírito Santo, experimentam a diminuição dos recursos da ictiofauna pelas alterações do regime hidrológico do rio Tocantins provocado pela barragem de Tucuruí. No trecho entre Marabá e São João do Araguaia, as condições de trabalho dos pescadores foram profundamente afetadas com a construção da hidrelétrica de Tucuruí. O novo empreendimento barrageiro do AHE Marabá repercutirá nas suas práticas desenvolvidas nesta bacia do Araguaia-Tocantins [...] (MARIN; TRINDADE, 2009, p. 280).

A Usina Hidrelétrica de Marabá acarretará a diminuição da ictiofauna, o barramento das águas impossibilitará a migração dos peixes para reprodução rio acima em direção ao Araguaia e seus afluentes. A situação repercutirá diretamente na vida dos ribeirinhos, pescadores que possuem uma relação estreita com rio. As expressões, desreterritorialização, deslocamento compulsório, remanescente, atingidos não são somente palavras, são situações vivenciadas no pensamento, que se materializarão nos territórios tradicionais, rurais e urbanos nos 12 municípios dos três estados pela comunicação, construção e operação da UHE Marabá.

A futura construção da UHE Marabá impõe a essas comunidades localizadas na área de influência do reservatório a situação de atingidos por barragens, pois leva a pensamentos de tristeza pela possibilidade terem suas territorialidades alteradas pelos deslocamentos compulsórios, a desvalorização patrimonial, as incertezas dos valores das compensações (BRASIL, 2007).

O processo de implantação de hidrelétricas é formado por seis etapas: Inventário, Estudos de Viabilidade, Leilão, Projeto, Construção e Operação. Essa trajetória é demorada, em virtude de sua importância, entre elas, os estudos de viabilidade que dão origem Estudos de Impacto Ambiental (EIA) na região de influência da hidrelétrica. Os estudos de viabilidade da UHEM estão parados,

pois os Gaviões conseguiram na justiça a proibição dos estudos etnoecológicos. O Site O Progresso Net (2017) divulgou em 2015, o presidente da Eletronorte garantiu a construção da UHEM é prioridade do governo. A garantia foi dada ao ministro da Pesca. A notícia tornou viva no imaginário o medo da desterritorialização. As obras não iniciaram até o primeiro semestre de 2018, “o fantasma” da desterritorialização a sombra as comunidades pela certeza da construção da UHE Marabá!

4. TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADE E A IDENTIDADE APINAGESENSE

O conceito de território é constituído na relação de poder estabelecidas pelos sujeitos no espaço geográfico. O poder é político, econômico e cultural. Os sujeitos no exercício de poder, territorializam, desreterritorializam o espaço geográfico. O território em estudo foi delimitado pelo poder econômico no século XX em função dos recursos minerais e naturais, oferecidos pelo bioma amazônico, a geologia e a hidrografia.

O espaço é, portanto anterior, preexistente a qualquer ação. O espaço é de certa forma, "dado" como se fosse uma matéria-prima. Preexiste a qualquer ação. "Local" de possibilidades, é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar. Evidentemente, **o território se apóia no espaço, mas não é o espaço**. É uma produção, a partir do espaço. (RAFFESTIN, 1993, p.144, grifo nosso).

O território de Apinagés é marcado por inúmeras territorialidades. No século XVIII foi territorializada pelo povo Apinajés e posteriormente pela família Seixas no início do século XX (1908) que imprimiram uma territorialidade baseada na coleta de Castanha do Brasil (*Bertholletia excelsa*) e a agricultura, atraindo inúmeras famílias para região (PEREIRA, 2004). Novas territorialidades foram impostas sobre o espaço geográfico em virtude da descoberta de cristal.

O território não é natural, é produzido! O território apinagesense atual surgiu nas relações de extração, comercialização e exportação de Cristal. Área geográfica foi delimitada pelo poder (econômico) e o território se materializou nas relações de extração e comercialização de cristal. Houve intensa migração na possibilidade de rápido enriquecimento. Esses novos sujeitos imprimiram no espaço sua territorialidade criando um território em função do extrativismo mineral.

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao apropriar de um espaço concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

A exaustão das minas em 1953 impulsionou o deslocamento de pessoas, principalmente para Xambioá (TO) e para território de São Domingos do Araguaia (PA) para extração da castanha do Brasil (VELHO, 2009). Os remanescentes se voltaram para a coleta da castanha e, sobretudo, à pesca de peixes e quelônios. Assim, modificou a territorialidade, imprimindo um novo padrão, fundamentado nas relações com a floresta e o rio. Esse processo construiu a afetividade ao lugar.

Portanto, todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois as relações de poder têm no espaço um componente indissociável tanto na realização de "funções" quanto na produção de "significados". O território é "funcional" a começar pelo seu papel enquanto recurso, desde sua relação com os chamados "recursos naturais" - "matérias-primas" que variam em importância de acordo com o(s) modelo(s) de sociedade(s) vigente(s) -

como é o caso do petróleo no atual modelo energético dominante (HAESBAERT, 2007, p. 23).

É evidente o caráter funcional e simbólico do território, vinculado aos recursos naturais e aos símbolos que representam a relação. Em Apinagés não é diferente a relação dos sujeitos com o território. Após a decadência da mineração, a relação com rio nasceu da necessidade de subsistência e a territorialidade adquiriu significado afetivo na experiência. Portanto o território apinagesense é funcional e simbólico. O rio é objeto dessa necessidade física e a afetiva!

A noção de território [...] é entendida num sentido muito amplo, que ultrapassa o uso que fazem dele a etologia [...]. Os seres existentes se organizam segundo territórios que os delimitam e os articulam aos outros existentes [...] o território pode ser relativo tanto a um espaço vivido quanto a um sistema percebido no seio da qual um sujeito se sente [...] o território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada (QUATARI; ROLNIK, 1986, *apud* HAESBAERT, 2004, p. 121).

As características funcionais do território de Apinagés são as relações estabelecidas com o rio - fonte de alimento necessária à sobrevivência. Seja o peixe para alimentação ou comercialização, a fabricação de barracas com folhas de palmeiras de babaçu no período de estiagem para turistas, o transporte de turistas as praias e a agricultura nas vazantes do Tocantins/Araguaia. As características simbólico-culturais do território são forjadas nas relações do sujeito com os recursos naturais (rio e o peixe) e o significado desses símbolos. A força de carga simbólica é tamanha que o território é visto como: “[...] um construtor de identidade, talvez o mais eficaz de todos” (HAESBAERT, 2004, p. 73).

As expressões, territorialidade e identidade apinagesense é alusiva ao modo de vida de um povo e seu território. Um povo com características forjada a partir do relacionamento com espaço e os recursos naturais. Assim o território passa existir através da ação do homem no tempo e no espaço. O homem territorializa o espaço, vivencia o território mediante a territorialidade, desterritorializa para atender a lógica política e econômica, e reterritorializa espaços. Enfim, os territórios nascem e desaparecem constantemente. A ameaça de desterritorialização dá-se com a notícia da UHEM que construiu a sensação de “atingido”. A situação põe em xeque a territorialidade de Apinagés.

A territorialidade é subjetiva, e diz respeito ao viver o território por meio de significados construídos, laços e raízes estabelecidas com o “espaço vivido”. Segundo Souza (1995, *apud* HAESBAERT, 2004, p. 5): “[...] a territorialidade é concebida como aquilo que faz de qualquer território um território”. A territorialidade é a ação que dá sentido ao território.

A territorialidade é ação do homem em territorializar o espaço e viver o território cotidianamente. O sujeito territorializa o espaço geográfico ao dá sentido mediante ao trabalho empregado. Em Apinagés a territorialidade deu-se nas relações construídas entre os sujeitos e a extração de cristal, de castanha e hoje com o rio.

[...] a territorialidade é definida como um fenômeno de comportamento associado à organização do espaço em esferas de influência ou em territórios nitidamente diferenciados, considerados distintos e exclusivos, ao menos parcialmente, por seus ocupantes ou pelos que os definem [...] a vida é tecida por relações, e daí a territorialidade poder ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade—espaço—tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema (RAFFESTIN, 1993, p. 159).

O estado do Pará é um território delimitado a partir do poder político, econômico e cultural, e no seu interior possui inúmeros territórios e territorialidades (indígenas, ribeirinhas, pescadores, camponeses e etc). Os territórios e suas territorialidades são desrespeitados em nome do capital. Raffestin (1993, p. 161) reforça a ideia: “Cada sistema territorial segrega sua própria territorialidade,

que os indivíduos e as sociedades vivem”. Os grandes projetos governamentais: hidrelétricas e rodovias, alteram as territorialidades tradicionais, impossibilitando os sujeitos exercerem a “sua territorialidade”, diferente das territorialidades imposta pelo Estado e o capital.

Os objetivos dos processos de territorialização, ou seja, de dominação e de apropriação do espaço, variam muito ao longo do tempo e dos espaços. Assim, as sociedades tradicionais conjugavam a construção material (“funcional”) do território como abrigo e base de “recursos” com uma profunda identificação que recheava o espaço de referentes simbólicos fundamentais à manutenção de sua cultura (HAESBAERT, 2004, p. 5).

O homem territorializa o espaço e constrói no processo uma história, uma identificação com “espaço vivido” que é a identidade. Os apinagesenses construíram a identidade através da territorialização do espaço as margens do rio Tocantins. A comunicação da Hidrelétrica de Marabá ameaça a territorialidade e identidade em função do deslocamento compulsório previsto (BRASIL, 2007). A ideia é reforçada nas palavras de Haesbaert (2004, p. 04) ao afirmar que: “[...] o território adquire muitas vezes tamanha força que combina com intensidades iguais funcionalidade (“recurso”) e identidade (“símbolo”). [...] perder seu território é desaparecer”.

[...] governo federal, promove a instalação de vários “eixos de desenvolvimento”, os quais contemplam a construção de grandes obras de infraestrutura como usinas hidrelétricas, termoelétricas, hidrovias, estradas, grandes monocultivos e fábricas. Esses eixos passarão, novamente, por onde estão localizados os distintos povos tradicionais com o potencial de produzir graves consequências com respeito a seus territórios (LITTLE, 2003, p. 20).

Assim, os territórios são ameaçados constantemente pelos projetos governamentais, justificados pelo desenvolvimento econômico e social. Os territórios são importantes aos atingidos, no caso apinagesense, à possibilidade de perdê-lo em função da hidrelétrica ameaça as relações materiais e simbólicas historicamente territorializada no espaço nas relações econômicas. O entrevistado 6 descreve a história de Apinagés e as relações exercidas no espaço, a territorialidade e identificação ao território.

Conheço muito pouco, quando foi criado. A vila de Apinagé foi criada em função do garimpo de cristal em 1951, as pessoas vieram de barco porque não existiam estradas. Vieram para o antigo Apinagé, o “Apinagezinho” que ficava na beira do rio, era uma vila antes de 1952. Já era uma vila na beira do rio, então com o garimpo surgiu uma nova vila, próximo do Rio Cabeça Dantas e do atual cemitério. Antes do garimpo e muito, segundo informações que agente tem, funcionava era os castanhais. Onde era a vila era um sítio do Exúpero Seixas. Aqui em Apinagé não teve aldeia de índio. Aqui existia os índios Suruí nessa região, essa área não era grande para eles percorrer, eles migravam para acampamento de pesca. No Murici Grande em 1932 morou um moço, paraense, segundo ele os índios vinham fazer a caça e pesca, não era distância para eles, aqui era “farto”. Os índios Apinajé, os Apinajé são do Tocantins; aqui em Apinagé morou a família Apinagé, se eles tinham tradição indígena eu não sei, morou o senhor Ângelo Apinagé, Joaquim Apinagé, pai do Reginal Campos Apinagé, que trouxe a origem do nome da vila [...] (ENTREVISTADO 06, J. B. S; 06/04/2017, 61 anos).

Apinagés foi marcado por diferentes territorialidades no tempo e no espaço, esse processo territorial ao longo de 67 anos foi responsável pela construção afetiva com o território. A saída de seu território é algo impensável, interrogados na possibilidade de serem realocados próximo da vila, 90%

dos interlocutores declararam sim. Os 10% dos entrevistados optaram pela indenização financeira para aquisição de um imóvel na cidade de Marabá.

A probabilidade de desterritorialização causa estranhamento, pois um novo espaço há territorializar é difícil de aceitar (HAESBAERT, 2004). Dos entrevistados, 90% apontaram a necessidade de serem reterritorializados nas proximidades da vila, na possibilidade de exercerem a sua “territorialidade”, ou seja, continuarem vivendo do rio. Um dos entrevistados expressa essa necessidade ao declarar: “O desejo de ficar perto da vila e do lago para pescar!” (ENTREVISTADO 29, J. A. R; 13/04/2017, 55 anos). A territorialidade é um processo conhecido e afetivo, não causa estranhamento, pois é vivido no lugar (LITTLE, 2003).

É importante esclarecer o desejo, pois a eventual reterritorialização nas imediações da vila, não garante aos apinagesenses exercerem a “sua territorialidade”, o território será modificado pela barragem, a territorialidade não se constituirá a mesma. A vila será inundada, o rio Tocantins será “barrado”, essa realidade altera o bioma e os “agenciamentos” territoriais (HAESBAERT, 2004). O território neste caso é ordenado por outros agentes de poder (Consórcio), que não respeita as territorialidades em nome do crescimento econômico e algumas vezes os reterritorializa em outros espaços, como foi caso de parte dos palmatubenses atingidos pela UHE Estreito.

O lugar se transformou em local, localização, num simples endereço. As territorialidades afetivas deram espaço para as territorialidades sociais e econômicas. Estas relações de afetividades dificilmente se repetirão, pois o espaço é diferente. Não há mais a presença do rio, do barro, do coco, a terra, ou seja, estes recursos não existem em outro local e assim se torna impossível estabelecer a mesma territorialidade, pois o ambiente, a natureza, os recursos não existem e assim a organização do espaço como a rua, caminhos, galpões, casas, frutas, vegetação, barro, rio, não se situam da mesma forma. E assim novas territorialidades vão se formando, mas são em outras dialéticas. A UHE Estreito destruiu Palmatuba [...] (SIEBEN, 2012, p.113).

A territorialidade apinagesense, assim como foi a palmatubense, é vivida no cotidiano, nas relações afetivas, sociais e econômicas no território, e com as pessoas na comunidade (vizinhos e parentes). No território pela necessidade de relacionar-se com o rio, sua principal fonte de renda (peixe, quelônio, turismo e lazer); e nas relações com parentes e vizinhos no trabalho que se dá entre eles no e com o território. A relação é funcional (material) - fonte de renda e simbólica (cultural) - porque representa a identidade. A territorialidade apinagesense é ameaçada pela comunicação da UHE Marabá. Em Apinagés ocorreu a identificação ao território mediante as territorialidades impostas no espaço/tempo.

Amo essa região de Apinagés, tudo começou com o garimpo de diamante no rio Tocantins na década de 1940, garimpo de cristal 1950 e depois com a coleta de castanha, com isso fiz amizade com os castanheiros e acabei ficando por aqui. Fiquei aqui, fazendo roça na beirada do rio, nas vazantes no verão e pescando pra sobreviver. [...] minha família toda mora aqui, tenho filhos e netos enterrados aqui, não quero sair daqui! (ENTREVISTADO 05, J. P. S; 06/04/2017, 88 anos).

O entrevistado expõe a dependência material ao território e aos recursos naturais e sua ligação ao lugar, assim expõe sua identidade apinagesense. Assim, o território é uma categoria capaz de evidenciar as relações do homem no “espaço vivido” funcionalmente e afetivamente. “[...] o território compõe de forma indissociável a reprodução dos grupos sociais, no sentido de que as relações sociais são espacial ou geograficamente mediadas, e de que a territorialidade [...] inerente à condição humana” (HAESBAERT, 2004, p. 78).

Assim, tanto o território e a territorialidade são importantes para os sujeitos; o território de certa forma é o resultado e a territorialidade é processo em curso, pois é vivida pelos sujeitos. Então,

a eminência da desterritorialização de Apinagés ameaça a identidade, o território e a territorialidade exercida no cotidiano nas relações com o rio, na pesca, no turismo e no lazer.

A territorialidade, como um componente do poder, não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado (SACK, 1986 *apud* HAESBAERT, 2004, p. 3).

A territorialidade apinagesense é o viver a relação com rio. É acordar às 5 horas da manhã, dirigir-se ao lago de Apinagés com os equipamentos de pesca: a rede, a tarrafa, os remos, a caixa de isopor com gelo, a gasolina para reabastecer, o rancho e a rabeta; e navegar de canoa no rio até o cardume, colocar a rede, e em seguida montar acampamento em uma praia próxima e pescar de tarrafa, mas sempre de olho na rede por causa do Boto (*Inia geoffrensis*) que rompe as malhas para capturar o pescado. Após alguns dias retornam para vila com as caixas de isopor cheias de peixe. Essa realidade é comum há dezoito dos trinta entrevistados.

A territorialidade é viver e experienciar o espaço. É a ação criativa de significados no tempo e espaço. Assim, os territórios possuem significados aos sujeitos que vivem as territorialidades. Territorialidades essas que possuem características funcionais e afetivas, e romper a relação causam profundos transtornos emocionais. Em Apinagés a territorialidade é ameaçada pela Hidrelétrica de Marabá!

A territorialidade, além de incorporar uma dimensão mais estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar (HAESBAERT, 2007, p. 22).

Os apinagesenses vivem a territorialidade ancorada ao rio. Eles pescam o ano inteiro, de formas diversificadas em lugares específicos do rio Tocantins - Araguaia e seus afluentes. No período de março a outubro pescam de rede, tarrafa e arrastão em rabetas, em função dos cardumes subirem o rio dos lugares de reprodução. Eles conhecem o rio, sabem os locais característicos de cada espécie, como capturar cada uma, sabem se é bom para pescar pelas fases da lua, pelo tempo meteorológico e pela forma da água. A relação com o rio é funcional e principalmente afetiva. Segundo Haesbaert (2004) isso é possível porque a territorialidade dá ênfase ao caráter simbólico.

No mês de julho complementam a renda com o turismo, fabricando barracas de madeira e folhas de babaçu, transladando os turistas para as praias e vendendo o pescado. No mês de setembro, no período de lua cheia capturam as tartarugas e os ovos nas praias para o consumo e comercialização. A espécie é uma iguaria da culinária local. Após esse período dedicam-se à agricultura de terra firme/vazante nas margens do rio e das ilhas. Na Piracema recebem um benefício monetário provisório concedido pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) e exercem atividades diversas, a principal é pesca de anzol, a única modalidade permitida.

Na piracema é difícil à pesca de anzol pela escassez de peixes, então os pescadores trabalham na limpeza de pastos, de servente de pedreiro e vaqueiro. As atividades são de carácter intermitente, mas a pesca é perene. Alguns entrevistados referem-se à comunidade como “vila de pescadores” por acreditarem que a maioria da população são pescadores. A pesquisa de campo ratifica a ideia pelo fato de 70% dos entrevistados declararam-se pescadores, sendo a relação com o rio contínua, funcional e afetiva.

O território e a territorialidade apinagesense encontram-se ameaçada em função da futura construção da Hidrelétrica de Marabá, esse empreendimento os deslocará compulsoriamente para a adjacência do reservatório que se formará ou para outras áreas ou cidades vizinhas. A hidrelétrica modificará a territorialidade em função das novas relações a serem exercidas em novo espaço, com sujeitos estranhos e forçados a construírem novas territorialidades, essa imposição é dolorosa!

O deslocamento compulsório advindo da construção de usinas hidrelétricas atua sobre a população atingida com características de catástrofe natural imune à vontade dos afetados. Sob tais circunstâncias, introduz-se uma sensação de impotência frente a processos cujas causas e razões poucas vezes são compreensíveis para a população e que por ela são percebidas como arbitrárias [...]. No que concerne ao processo de reassentamento, as experiências já vivenciadas, tanto no Brasil como em outros países, demonstram que estes deslocamentos compulsórios são geradores de processos traumáticos, promovendo uma série de crises de identidades nas populações afetadas, pois as mesmas não escolheram voluntariamente essa situação (SOARES; FROEHLICH; MARQUES, 2007, p. 5).

Na possibilidade de permanecerem nas proximidades do lago em reassentamento, a territorialidade não será a mesma, pois o rio será represado, não fluirá da mesma forma e esse fato transformará o território em ambiente desconhecido. As territorialidades mudarão, o território se tornará estranho, ocasionando o surgimento de novas paisagens. O conhecimento empírico não terá sentido no território imposto pelo Estado e capital, pois cada território possui sua territorialidade. A desterritorialização rompe o modo de vida, desconstruindo a ligação funcional e afetiva dos apinagesenses com rio, base de sua identidade.

O Estado considera a desterritorialização de comunidades tradicionais uma medida aceitável. A comunidade de Apinagés não compreende a lógica capitalista de obrigá-los a deixar o seu território e sua territorialidade. Se houvesse a possibilidade de escolha, não optariam pela saída e sim pela permanência no território. O entrevistado 6 questionado acerca do deslocamento compulsório em função do lago da UHE Marabá disse: “Se ficar um torrão na minha casa eu moro lá... si ficar uma ilha eu moro lá... não se preocupe como eu vou sair...!” (J. B. S; 06/04/2017, 61 anos).

O amor ao território, o desejo de viver sua territorialidade e o medo de perder os laços afetivos de pertencimento são intensos! Se necessário submete-se as condições perigosas ocasionadas pelo reservatório, mas não abandona Apinagés. Segundo Cruz (2007) a identidade é resultada das relações sociais e afetivas construídas no tempo em determinado local, território ou lugar. A permanência em Apinagés é uma forma de resistir e preservar a identidade.

A territorialidade e a identidade são peculiares à ação dos sujeitos, grupos, e povos no território e revelam afetividade ao local. A identidade é como os sujeitos se veem e se revelam. Os habitantes de Apinagés se veem como pescadores e possuem uma ligação com o rio. A identidade apinagesense é histórica, posicional e relacional. Segundo Hall (2009) e Woodward (2000) a identidade é um processo histórico, a manifestação de como um povo se reconhece e se apresenta, não é fixa, imóvel e eterna. É formada e transformada continuamente nas relações e pelas formas pelas quais é representada e interpolada na territorialidade mediante a cultura vivida no espaço.

A identidade é histórica, atrelada às raízes, a afetividade criada com/no território e as pessoas no tempo e no espaço. Em Apinagés o processo de criação de identificação foi construído no tempo (67 anos) e no espaço, nas relações sociais e econômicas de garimpeiros-castanheiros-pescadores que exercem atividades: vazanteiros, fabricante de barraca na praia e transporte de turistas. A sobrevivência e o júbilo ligaram este povo ao rio, deste vem o sustento e os prazeres: tomar banho de rio no verão! A identidade não está pronta é um processo.

Segundo Woodward (2000) as identidades não são unificadas, fixas, prontas, ou seja, acabadas, elas estão em construção mediante ação de atores, práticas e posturas que convergem e divergem nas territorialidades impostas pelos sujeitos. A identidade apinagesense não é fixa, é transformada nas relações, ou seja, está em constante mudança. Os grandes projetos, tal como as hidrelétricas, desterritorializam as comunidades tradicionais, impondo um ponto final nas suas territorialidades. A noção de identidade não nasce conosco, é formada e transformada no interior da apresentação, e assimila o significado dos signos em quando vive a territorialidade cotidianamente.

Apinagés impõe a identidade mediante a relação com território, vivendo uma territorialidade funcional e simbólica, relacionada ao rio e que ele revela e representa. A palavra “Apinageense” e uma expressão que define a sua identidade ligada ao rio. A expressão é falada e vivida com alegria, porque revela “o seu eu”. Os habitantes de Apinagés usam a palavra “apinageense” para adjetivar a sua identidade e revelar “o seu eu”.

A palavra é um veículo de luta para o reconhecimento da identidade Apinagesense, orgulhosamente verbalizada na palavra “Apinageense”. O vocábulo define a identidade como relacional e construtiva. A respeito deste assunto Cruz (2007, p. 98) diz: “[...] a identidade não é uma “coisa em si” ou “um estado ou significado fixo”, mas uma relação, uma “posição relacional”, uma “posição-de-sujeito” construída de forma relacional e construtiva [...]”.

Os apinagesenses não se reconhecem como são-joanenses, mesmo nascendo e vivendo no município, se alto declaram “apinageenses”. A situação mostra a importância da noção de pertencimento. Quando adjetivam sua identidade na “representação” que se dá pela expressão “apinageense”. Woodward (2000) afirma a identidade é relacional. A identidade apinagesense depende, para existir de outra identidade com características divergentes, no caso a são-joanense. Estes se declaram como apinageenses em relação aos nascidos na cidade de São João do Araguaia, a “identidade é, assim, marcada pela diferença” (WOODWARD, 2000, p. 9).

Segundo Woodward (2000, p. 9) “A identidade é marcada por meio simbólico [...]”; no caso dos apinagesenses é visto na cotidianidade na sua relação com território, com rio através da pesca de peixes e quelônios em períodos sazonais. Existe uma associação entre a identidade da pessoa e as coisas que uma pessoa usa. “Assim, a construção da identidade é tanto simbólica quanto social” (WOODWARD, 2000, p. 10).

A identidade é construída a partir da relação com o território, e focaliza as diferenças, assim como as características comuns ou partilhadas, tanto entre os próprios apinagesenses e são-joanenses (referente aos nascidos na cidade e não no município) e construída pelo resgate histórico no espaço-tempo. A identidade neste caso é redescoberta no passado, ou seja, é histórica, e esse resgate é parte do processo de “construção da identidade” (WOODWARD, 2000).

A identidade é atravessada por muitas subjetividades e características que faz de um grupo diferente do outro. No caso da Vila de Apinagés que pertence a São João do Araguaia, os habitantes não se reconhecem como são-joanenses mesmo inseridos no seu território, fato justificado pela expressão de seus moradores a se autodeclararem “apinageenses”. A cultura relava as identidades apinagesense e são-joanense, mas o Estado pela divisão territorial (política) reconhece apenas a identidade são-joanense.

A identidade do sujeito é entendida a partir de como este se vê, ou seja, como este sujeito pensa ser, tendo como referência a diferença para distinguir do outro; portanto consegue fazer através da “apresentação” de como releva sua a identidade. Assim a identidade é marcada pela história, e pela posição e a diferença, comparando a sua identidade com a do outro. É como o “eu” afirma a identidade.

O conceito de identidade intrinsecamente ligado à identificação com o lugar. A identidade de maneira geral é como o “eu” se reconhece de ante do outro, a identificação liga-se a “apresentação”, como outro me reconhece. A pergunta 2 do roteiro de entrevista indagava se eles se reconheciam como apinagesenses? Todos responderam que sim e suas expressões faciais e seus olhares evidenciavam sem palavras do amor ao lugar. E ao questionar o motivo, o entrevistado três descreve:

Por quê? Aqui está minhas raízes, eu sou “apinageense”. Há cara! O que leva realmente, exatamente é por causa da descendência do meu pai, entendeu! Então ele conseguiu colocar Apinagé no meu coração, também pelo fato de ser criado aqui, e conhecer todas as pessoas da qui, as pessoas mais antigas entendeu! E alias conhecer um pouco da historia de Apinagé (ENTREVISTADO 3, R. R. S; 06/04/2017, 31 anos).

A identidade apinagesense é marcada pela história, pelas relações estabelecidas no rio e com as pessoas na vila. Os demais interlocutores apontaram como constituinte de sua identidade, ou seja, reconhecimento como apinagesense, sua relação com o rio, o peixe, as praias e a história da vila. Em todos os casos há um elo em comum, a afetividade construída historicamente no território e nas relações estabelecidas com o rio, na pesca e no turismo. Esse sentimento revela a importância do território! É significativa identidade, forjada na relação entre os sujeitos e o espaço vivenciado, mas projetos hidrelétricos não valorizam as identidades, então as desterritorializam. Os relacionamentos são interrompidos, longe do rio, do peixe e dos sujeitos, assim a territorialidade não é vivida e em consequência a “identidade” se restringirá a memória.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo desenvolvido em Apinagés investigou um momento singular na vida dos apinagesenses, o período de diálogo da UHEM, pois neste intervalo de tempo, já experienciaram a estupefação de serem atingidos pela expectativa do deslocamento compulsório e revelou a percepção diante da futura materialização dos impactos socioambientais da hidrelétrica que ameaça a territorialidade e identidade “apinagesense” construída na relação com o rio e o peixe.

A pesquisa é uma ferramenta de luta, pois fortalece o pertencimento ao “lugar” e reconhece as territorialidades tradicionais dos povos amazônicos, expõem os agentes (Estado e capital) responsáveis pelas políticas energéticas e a materialização de empreendimentos energéticos nos territórios tradicionais. A divulgação dos resultados da pesquisa em palestras, seminários, em grupos de debates e a socialização mediante a distribuição de exemplares à população de Apinages, das vilas e da cidade de São João do Araguaia possibilitará o fortalecimento de uma população esclarecida a respeito das etapas de implantação de uma hidrelétrica, dos impactos socioambientais e dos seus direitos enquanto atingidos por barragens.

Um Estado democrático de fato precisa optar por alternativas energéticas que não necessitem deslocar compulsoriamente milhares de pessoas, e alterando o modo de vida dos remanescentes com a implantação de hidrelétricas que mutilam a cultura, as territorialidades e identidades historicamente vividas. O Estado desrespeita o modo de vida tradicional dos povos amazônicos com a implantação de hidrelétricas em seus territórios.

O Estado brasileiro precisa adotar políticas energéticas destinadas à ampliação das matrizes energéticas, eólica e a solar que reduz os impactos socioambientais, não desreterritorializa as comunidades tradicionais e sem despesas financeiras com indenizações. Por isso defende-se aqui, a permanência dos povos tradicionais nos seus territórios e alternativas menos impactantes ao meio ambiente.

Para finalizar, este assunto não esgotou nesta pesquisa, pois diferentes olhares e possibilidades são necessários nos estudos em outros momentos e até mesmo por demais pesquisadores, discutindo o atual modelo energético brasileiro e seus efeitos.

NOTAS

¹ O presente artigo é parte da dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território (PPGCULT) da Universidade Federal do Tocantins, Câmpus de Araguaína/TO no ano de 2017.

² A palavra Apinajés escrita no texto com a letra “J” refere ao povo Apinayé (Timbira Ocidental); a palavra Apinagés escrita com a letra “G” refere-se a vila de Apinagés (ISA, 2015).

³ Segundo Vainer (2003) Atingido por Barragem é o indivíduo impactado, antes da construção (Comunicação), na execução das obras (Construção) e após a conclusão do empreendimento (Operação), no seu modo de vida, na perda ao acesso aos recursos produtivos, os deslocados compulsórios, os remanescentes e cidades receptoras dos deslocados.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W. B. (Coord). **Boletim Informativo**: Nova Cartografia Social da Amazônia Manaus: UEA Edições/PPGAS-UFAM, ano 3, n. 4 – Edição especial: O Direito de dizer “não” à construção da Hidrelétrica de Marabá, nov. 2010. 16p. Disponível em: <http://novacartografiaoscial.com>. Acesso em: 07 jun. 2016.

BRASIL. Agência Nacional de Águas. **Aproveitamento do potencial hidráulico para geração de energia**. Brasília: MME: ANA, 2005. Disponível em: <http://www.ana.gov.br>. Acesso em: 29 jul. 2016.

BRASIL. Eletronorte. **Aproveitamento Hidrelétrico Marabá**: Câmara de Vereadores de Marabá. Apresentação do Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) em *Microsoft Power Point*. Marabá: Câmara Municipal, 2007.

CONSTRUÇÃO de usina em Marabá vai afetar 11 municípios no Tocantins, Pará e Maranhão. **O Progresso Net**, Maranhão, 27 maio 2017. Disponível em: <http://www.oprogressonet.com>. Acesso em: 27 jun. 2017.

CRUZ, T. M.; MARTINS; J. P. A. Os impactos do Projeto da UH de Marabá o P. A. Castanhal Araras. *In: Encontro Latinoamericano Ciências Sociais e Barragens, 2., 2010. Belém. Anais [...]*, Belém, UFPA, 2010. p. 15.

CRUZ, V. C. Territórios, Identidades e Lutas Sociais na Amazônia. *In: ARAUJO, F. G. B; HAESBAERT, R. (Org.) Identidade e Territórios: questões e olhares contemporâneos*. Rio de Janeiro: Access, 2007. p. 93-122.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: HUCITEC, 1994.

HAESBAERT, R. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. *In: Seminário Nacional sobre Múltiplas Territorialidades, 1., 2004, Porto Alegre. Anais [...]*. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRGS/Curso de Geografia da ULBRA/AGB, Porto Alegre, 2004. Disponível em: <http://w3.msh.univtlse2.fr/cdp/documents/CONFERENCE%20Rogerio%20Haesbaert.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2016.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). **Povos Indígenas no Brasil**: O povo Apinajé. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org>. Acesso em: 20 nov. 2015.

LABORATÓRIO SÓCIOAGRONÔMICO DO TOCANTINS (LASAT). **Projeção da área atingida pela Hidrelétrica de Marabá**. Marabá. Universidade Federal do Pará (UFPA), 2009. 1 mapa. Escala 1: 400.000.

LITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Anuário Antropológico**, v. 28, n. 1, p. 251-290, 19 fev. 2003.

MOVIMENTO DE ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB). **Água e energia não são mercadorias**. São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br>. Acesso em: 07 out. 2016.

MARIN, R. E. A; TRINDADE, J. S. B. Wakymãhã Mekto Kônhito - Nxàkaka: Projeto da Hidrelétrica de Marabá – Pará. In: ALMEIDA, A. W. B. (Org.) **Conflitos Sociais no "Complexo Madeira"**. UEA Edições Manaus, 2009. p. 270-292.

PARÁ. Secretária de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças. **Estatística Municipal**: São João do Araguaia. Belém, PA: SEIR, 2010. p. 347.

PEREIRA, J. N. **São João do Araguaia, sua história sua gente**. Marabá: Gráfica, 2004.

RAFFESTIN, C. O território e o poder. In: RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993. p. 143-222.

SIEBEN, A. **Estado e política energética**: a desterritorialização da Comunidade rural de Palmatuba em Babaçulândia (TO) pela Usina Hidrelétrica de Estreito. 2012. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, 2012.

SOARES, N. B; FROËHLICH, J. M; MARQUES, M. M. S. A identidade água abaixo – os reassentados da Usina Hidrelétrica Dona Francisca (UHDF) – RS. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 45., 2007, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: UEL. p. 160-175.

TUAN, Y. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

VAINER, C. B. **Conceito de “atingidos”**: uma revisão do debate e diretrizes. Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ, 2003. Disponível em: <http://www.observabarragem.ippur.ufrj.br>. Acesso em: 16 out. 2015.

VELHO, O. G. **Frente de expansão e estrutura agrária**: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. p. 87-138. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em: 19 abr. 2017.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis - RJ: Vozes, 2000. p. 7-72.

ENTREVISTAS

R. R. S. [31 anos]. [abril, 2017]. **Entrevistador**: Amarildo Silva Araújo. São João do Araguaia, abril de 2017.

J. B. S. [61 anos]. [abril, 2017]. **Entrevistador**: Amarildo Silva Araújo. São João do Araguaia, abril de 2017.

J. P. S. [88 anos]. [abril, 2017]. **Entrevistador:** Amarildo Silva Araújo. São João do Araguaia, abril de 2017.

J. A. R. [55 anos]. [abril, 2017]. **Entrevistador:** Amarildo Silva Araújo. São João do Araguaia, abril de 2017.

Data de submissão: 28.06.2018

Data de aceite: 22.04.2020

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.